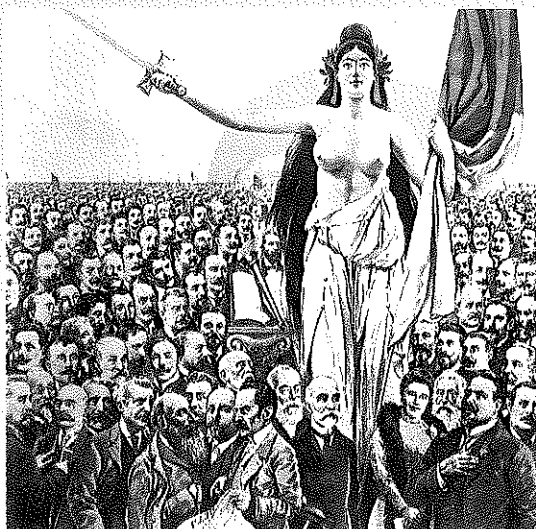


João Carlos Carvalho  
(Coord.)

# A REPÚBLICA

## FIGURAS, ESCRITAS E PERSPECTIVAS



Edições Colibri

*Biblioteca Nacional – Catalogação na Publicação*

CARVALHO, João Carlos, 1962-

A República : figuras, escritas e perspectivas. – (Extra-colecção)  
ISBN 978-989-689-134-3

CDU 321

**Título:** A República – Figuras, Escritas e Perspectivas

**Coordenador:** João Carlos Carvalho

**Edição:** Edições Colibri / CLEPUL-UALG

**Ilustração da capa:** Aguarela comemorativa (*Pela República*)  
de Roque Gameiro, Colecção António Pedro Vicente

**Depósito legal n.º 332 995/11**

Lisboa, Setembro de 2011

FERREIRA, Alberto e MARINHO, Maria José, *Bom Senso e Bom Gosto (a Questão Coimbrã)*, Lisboa, INCM, 1985, 4 vols.

Instituto Camões:

[<http://cvc.instituto-camoes.pt/figuras/aquental.html>]

LIMA, Isabel Pires de (org. e coord.), *Antero de Quental e o destino de uma geração*, Lisboa, Asa, 1994.

MARTINS, Ana Maria Almeida, *Antero de Quental: Fotobiografia*, Lisboa, INCM, 1986.

ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas*, Lisboa, Clássica Editora, 1988, 10 vols.

QUENTAL, Antero de, *Cartas: obras completas de Antero de Quental* (org., introd. e notas de Ana Maria Almeida Martins), Lisboa, Universidade dos Açores e Editorial Comunicação, 1989, 2 vols.

QUENTAL, Antero de, *Sonetos* (org., introd. e notas de Nuno Júdice), Lisboa, INCM, 2002.

*Antero de Quental – In Memoriam* (edição fac-similada), Lisboa, Presença e Casa dos Açores, 1994.

RÉGIO, José, *Escritos de Portalegre* (recolha, introd. e notas de António Ventura), Portalegre, A Cidade, 1984.

SERRÃO, Joel, *Prosas sócio-políticas*, Lisboa, INCM, 1982.

SIMÕES, João Gaspar, *Antero de Quental*, Lisboa, Presença, 1962.

## A REPÚBLICA NA IMPRENSA REGIONAL DO ALGARVE: O CASO DO JORNAL LOULETANO O PRIMEIRO DE MAIO

M. Isabel Rosa Dias

Professora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais  
Universidade do Algarve  
Investigadora do Centro Atáide Oliveira / IELT-UNL

1. *O Primeiro de Maio* foi fundado no dia 1 de maio de 1913 e foi publicado semanalmente, às quintas-feiras, até 23 de agosto de 1925. O último número foi o 485. A partir do n.º 236 de 29 de novembro de 1917 passou a chamar-se «Semanário Noticioso, Literário e Recreativo». A redação e administração estavam sediadas na Rua da Corredoura em Loulé, tendo sido Anastácio Guerreiro Dourado o seu proprietário e director. Tinha 4 páginas e um formato pequeno de 270mm x 370mm. A Biblioteca Nacional possui números publicados entre 1917 e 1925 e na Biblioteca Pública Municipal do Porto existem números publicados entre 5 de fevereiro de 1914 e 23 de agosto 1925<sup>1</sup>. Cobrindo estes anos, a cópia em papel disponível no Arquivo Municipal de Loulé, que consultei, terá provavelmente como origem a coleção da biblioteca portuense. Não me foi contudo possível averiguar se esta também apresenta os interregnos, por vezes de longos meses, que se observam na referida cópia. Quanto aos redatores mais regulares, o nome de João Leal da Silva é o que surge com maior regularidade até ao ano de 1917. Ao longo do período de vida

<sup>1</sup> Para uma descrição mais exaustiva d' *O Primeiro de Maio*, consulte-se J. C. Vilhena MESQUITA, *História da Imprensa do Algarve*, II, Faro, Comissão de Coordenação da Região do Algarve/Direcção Geral da Comunicação Social, 1989, pp. 91-93. A cota fornecida por aquele estudioso para os números do referido jornal conservados na BPMP terá sofrido alteração. É hoje a seguinte: P-C-1971.

do jornal constam também, entre outros, os nomes de J. Assis Ramos Barros, Alexandre Augusto da Piedade, António Teixeira e Leão Ramos Ascensão, este último escrevendo nos anos 23 e 24. Muitas vezes, porém, os artigos não aparecem assinados. Também não são raras as ocasiões em que surgem pseudónimos.

Do ponto de vista histórico-político, o jornal reveste-se de grande importância por noticiar de forma comentada os acontecimentos nacionais e internacionais mais marcantes que se seguiram à implantação da República em Portugal, até ao ano de 1925: a eclosão da primeira guerra, a participação portuguesa neste conflito internacional, os combates das tropas portuguesas com as alemãs em África, a escassez alimentar, a contínua instabilidade política em Lisboa (atentados, mudanças de governo e de presidente). Ao mesmo tempo o jornal publica notícias de interesse mais especificamente regional, como seja a do projecto de ligação ferroviária (que nunca se haveria de concretizar) entre Loulé e S. Brás de Alportel, e notícias de interesse local, por exemplo, sobre a instalação da luz eléctrica, concluída em 1916, os melhoramentos no Hospital da Misericórdia, a limpeza das ruas, as festas da Nossa Senhora da Piedade, e o comércio e o empreendedorismo local.

Outra dimensão editorial sem dúvida importante neste jornal de Loulé é a literária, assumida no subtítulo a partir de 29 de novembro de 1917 (n.º 236). Na maioria dos números aparecem publicados poetas portugueses, em geral contemporâneos do período de edição do jornal, e alguns da região algarvia. Mais episodicamente surgem textos quer de prosadores portugueses, como Eça de Queirós e Ana de Castro Osório, quer de autores estrangeiros, como Tolstoi e Zola. É na zona de maior impacto de leitura, ou seja, a primeira página, que quase sempre encontramos estes textos, a par dos artigos que versam assuntos de carácter político.

Passarei agora a analisar a especificidade destas duas linhas editoriais a que acabo de me referir, deixando de lado uma terceira que também incorpora o jornal: a recreativa, que integra um vasto conjunto de notícias de índole cultural (sobre espetáculos, récitas, eventos promovidos por associações recreativas, festas, etc.).

2. É por via da notícia e do comentário políticos, sujeitos a modulações ideológicas consoante os redactores e as conjunturas de época, que o jornal melhor reflecte as preocupações do país e vai encontro das suas dinâmicas históricas internas e externas. Sobressai desde o primeiro momento a vontade de enaltecer a República através do elogio das suas

virtudes progressistas e humanitárias. É o que exemplificam nomeadamente os artigos assinados por João Leal da Silva. Por altura do quarto aniversário da implantação da República, o redactor exaltava com convicção o «regime sublime, da liberdade», proclamava que uma «nova aurora raiou no horizonte duma vida moderna e mais comodativa, cheia de esplendor e jucundidade, e na qual suscitados foram os primeiros germens duma remodelação precisa e acrisolada na sociedade portuguesa» («5 de Outubro», edição de 8 de outubro de 1914). Manifestando inequívoca simpatia por Afonso Costa, «prestigiosa figura», o referido redactor lamentava, na edição de 11 de março de 1915, no texto «Pela República», o atentado de que este governante fora alvo no Porto, no dia 21 de fevereiro do mesmo ano. Nesta mesma edição, terá também publicado a reflexão (não assinada) «Para onde vamos?», que fazia eco das dissensões entre as várias facções parlamentares republicanas, que levariam aliás dentro de pouco tempo à revolta de 15 de maio de 1915, a qual acabaria por derrubar o governo presidido pelo general Pimenta de Castro, depois substituído pela junta constitucional de 1915. Em outubro deste ano, por altura de mais um aniversário do regime republicano, Leal da Silva escrevia mais um discurso inflamado de aclamação da «nova era», que representava a vitória dos princípios libertadores da nação, o seu «grito redentor». Levantava também a voz, no 1.º de maio de 1915, em homenagem à classe operária, considerando que ela formava já «uma barreira formidável à ambição e intuítos da feliz e córada burguesia». Aclamava os trabalhadores, considerando que só com eles a civilização avançaria e o progresso e a liberdade ganhariam consistência.

Na edição de 23 de março de 1916, num artigo intitulado «Solidariedade», Leal da Silva aplaudia a união dos partidos representados parlamentarmente na declaração de guerra contra a Alemanha. Usando um discurso emotivo e patriótico, o colonista evocava os agravos cometidos por aquele país contra os portugueses, em África, achando assim que, através da declaração de guerra, Portugal de alguma maneira vingava a sua honra:

A raça luzitana não adormeceu ainda e espera o dia em possa vingar os irmãos que na histórica Naulila caíram varados pelas balas traiçoeiras da gente da *Kultur*.

No artigo «Elucide-se o povo» (1 de fevereiro de 1917), o redactor continuava a acompanhar este assunto, informando acerca da saída prevista das primeiras tropas portuguesas para França. Mais tarde, em «Considerações» (23 de agosto), opinaria acerca da péssima remuneração dos

soldados, que os empurrava para a indigência. Em números anteriores tinha ficado também expresso o seu repúdio por outro mau passo da República: as arbitrariedades da censura jornalística (veja-se, por exemplo, na edição de 12 de outubro de 1916, «A censura e os jornais»).

Em 1919 surge Cruz Monteiro a fazer a análise da política interna. Na edição de 26 de outubro, em «A guerra da paz», observava que internamente «todas as forças do nosso país se anulam», que a República se via dilacerada pelo «veneno constante e dissolvente d'aquelles que pelo facto de não serem republicanos, se julgam no direito de entravar os passos da Republica, e esfaquear o seio da Patria». Em 1920, ano em que se sucederam sete governos empossados por António José de Almeida, aparecia um conjunto de artigos (não assinados) de análise política, por vezes de cunho bastante sarcástico. Traçavam o retrato de um país sem norte, politicamente instável e economicamente inviável. Na edição de 15 de janeiro de 1920, num artigo intitulado «Perigo iminente», o retrato traçava-se a cores carregadas, numa linguagem dirigida à indignação popular:

[o país] vive num pavoroso descalabro economico, financeiro e moral. A bancarrota é a assustadora depreciação da nossa moeda, e a falencia moral dos nossos estadistas; é a improdutividade do nosso país e a aquisição, lá fora, de tudo quanto necessitamos para o nosso viver quotidiano; é a mandria nacional a soldo dos exaustos cofres do estado [...]. A bancarrota é esse negro e tragico quadro de miséria que tem por prologo a mais louca e anti-humanitaria especulação e por epilogo uma lucta fratricida em que a fome é o mais perigoso dos factores; é a forçada abdicação dos nossos direitos de país livre, seguida duma vassalagem humilhante ao novo senhor.

Na edição de 1 de julho do mesmo ano de 1920, a propósito da tomada de posse do novo governo de António Maria da Silva (que estaria em funções pouco mais que quinze dias), o anónimo redactor desta edição, eventualmente o mesmo da anteriormente referida, continuava a não poupar nas palavras:

Como iamoz dizendo, qualquer governo, por mais honestas e inteligentes que sejam as suas intenções, pouco poderá fazer de productivo, se no parlamento encontrar as cascas de laranja que os senhores políticos sabem colocar á passagem dos governantes, de forma a fazer los trambulhar, depois de os terem atordoado com dois ou tres empolados discursos sobre assuntos que, a maior parte das vezes, nada interessam ao País. E deste desgraçado ramerrão não saimos, embora a nação lute

com as maiores dificuldades, a ponto dos nossos credores externos olharem para nós como se fossemos um povo incapaz de ter juizo, de ragir salutarmente contra o mal de que quasi toda a sociedade portuguesa enferma. O unico recurso de que os nossos conspicios estadistas lançam mão, é o do aumento de contribuições, agravamento de impostos. Crear, fomentar, desenvolver, são figurinos que lá fora se usam e que nós achamos bons, applicados em [...] uso externo.

E seguia denunciando as falências do sistema político:

[...] falcatruas num fornecimento, burlas numa comissão de qualquer coisa; vae-se ao parlamento e não raro é ouvir-se os senhores parlamentares pedindo inqueritos para as irregularidades praticadas por qualquer colega, quando anichado nalguma sinecura, das muitas que nestes ultimos anos se teem inventado. E assim vamos vivendo nesta tola e criminosa tarefa de derrubar governos, mal dando tempo a que produzam trabalho útil, ainda quando deles alguma coisa boa haja a esperar, só pensando em alcançar o penacho para melhor governar o País que é de nós todos, em proveito das algibeiras que são só delcs e da sua gente.

Já dos últimos anos de vida do jornal chegaram dois artigos assinados pelo integralista lusitano Leão Ramos Ascensão: um intitulado «A reforma do ensino», que saiu na edição de 19 de julho de 1923, e outro subordinado ao título «A ordem», publicado a 10 de abril de 1924. No que diz respeito ao primeiro, vemos o autor criticar o sistema de educação nacional e aplaudir o projeto de reforma preparado por Faria de Vasconcelos, mas não sem reduzir o moderno conceito de «formação integral» desenvolvido por aquele pedagogo reformista a uma formulação que fica longe dos contornos originais:

a reforma visa acima de tudo os seguintes objectivos: - educar (moral, social e artisticamente) e orientar o raciocinio.

Tal projeto reformador acabaria contudo por não chegar a ser discutido no parlamento porque o governo entretanto caíra. No segundo artigo referido, o colonista defende para fundamento da ordem sócio-política os princípios da ideologia católica:

As massas dirigentes, esquecidas do que devem a si e ao seu semelhante, esquecidas dos preceitos divinos de Cristo, escravizando o operário em pleno século XIX em nome da liberdade individual, geraram a atmosfera de revolta e de ódios que hoje respiramos.

Disserta ainda sobre as falhas da aplicação russa dos princípios marxistas e fala da dignificação do trabalho dentro da lógica da ordem a que chama «natural», a qual prevê uma relação sem sobressaltos ideológicos entre patrões e operários. Alguns anos antes (1 de maio de 1919), o tema do socialismo já tinha aliás sido objecto de tratamento num artigo intitulado «1.º de Maio», assinado por um redator que se autonomicara Termocauterio, e que se demarcara bem menos em relação a conceitos marxistas estruturantes.

Mas o mesmo jornal que deu voz ao integralista Ramos Ascensão publicaria a 7 de maio de 1925 um excerto de um texto de Émile Zola, no qual sobressaía a ideia da vitória das forças do trabalho sobre as do capital, anúncio de uma nova era, mais justa. Recordo que, bem antes, em 1915 (3 de junho), *O Primeiro de Maio* publicara uma crónica intitulada «O trabalhador», assinada por António Teixeira, na qual se traçava o retrato do trabalhador rural miserável, que alimentava com o suor do seu trabalho não compensado a vida faustosa do patrão. Retrato realista, patético, de um mundo rural fechado na sua imutabilidade. O retrato da miséria não se fazia aqui, porém, acompanhar de qualquer nota de esperança quanto à sua reversibilidade.

Terminando por agora esta curta dcambulação pela linha editorial política de *O Primeiro de Maio*, creio que ela seja suficiente para ajudar à percepção de como neste jornal os grandes acontecimentos internos e externos tiveram eco, sendo lidos à luz de sensibilidades ideológicas que variaram consoante os redatores. É certamente uma pena que não se conheçam em muitos casos os nomes deles para se poder avaliar melhor o peso ideológico das suas palavras.

3. Como atrás afirmei, muitos números do jornal, na primeira página, ao lado dos artigos sobre política internacional, nacional e local publicaram textos literários. Os textos em prosa são minoritários, desde logo porque não seria fácil fazer-lhes um adequado corte espacial. Considerados os números de *O Primeiro de Maio* a que tive acesso, e que não correspondem à totalidade da edição do jornal (bem longe disso), só num caso o editor optou por publicar extensamente um texto em prosa: trata-se de um longo excerto de uma crónica de Eça de Queirós dedicada a Guilherme II, imperador da Alemanha, que ocupa praticamente toda a primeira a primeira página da edição de 20 de agosto de 1914. Na verdade, a recém-iniciada primeira guerra mundial que o imperador ajudara a desencadear vinha mostrar a iminência do vaticínio do autor português que antevira um provável exílio do *kaiser* por causa da sua personalidade.

São pois os textos poéticos que maior número de vezes se encontram a preencher o espaço editorial dedicado à literatura, que é um espaço lúdico, mas também de instrução cultural. A escolha dos autores publicados é variada e parece responder na maioria dos casos a uma certa linha de gosto dos redatores do jornal, que é revelada na crónica (provavelmente de Leal da Silva) em que se faz o elogio da 2.ª edição dos *Sonetos* de Cândido Guerreiro (16 de novembro de 1916):

Um livro de versos – mas versos que se lêem, sonetos que todos devíamos lêr. Nesta hora indecisa em que continuamente lamentamos a falência da raça, a mediocridade que nos sufoca, os *Sonetos* do dr. Cândido Guerreiro surgem como um gesto de altivez protestando contra o nosso pessimismo [...]. Mas a nenhum falta harmonia, nem o equilíbrio d'um perfeito construtor, nem o colorido e a luz d'um pintor exatíssimo.

De facto, bom número de poemas publicados em *O Primeiro de Maio* garantem satisfação do ponto de vista da legibilidade, não levantam obstáculos de literacia estética, nem exigem chaves específicas de decifração de códigos de leitura. Situam-se na esfera de alguma poesia de cunho tradicional, ora revisitando temas românticos, muitas vezes em tom elegíaco e noturno, ora mergulhando no pitoresco local, ou ainda lançando-se no idealismo religioso. Outros poemas, saídos de penas ainda juvenis, igualmente arredadas dos caminhos da modernidade poética, ou a eles avessos, apresentam uma tonalidade exageradamente emotiva; alguns adoptam a expressão do folclorismo popularizante.

Mas há outras opções editoriais que merecem referência, sendo algumas dessas que gostaria de começar por destacar. Observa-se assim que, de fevereiro de 1914 até ao verão deste ano, *O Primeiro de Maio* publicou um conjunto de estrofes de *Os Lusíadas* de Camões, seguidas de paráfrase e de glossário preparados por J. Assis Ramos Barros. Esta escolha, na forma como se apresenta, mostra bem a preocupação pedagógica e patriótica do jornal. Encontrando-se este ainda num período de arranque e consolidação, procurava certamente angariar para si uma imagem de arauto dos mais elevados desígnios da República e estandarte dos seus patrióticos símbolos. Camões é o poeta mais antigo que encontramos publicado em *O Primeiro de Maio*. Surgem depois os poetas da época moderna: Gonçalves Crespo, João Albino Poixoto e Antero de Quental. E da lista de poetas que viveram entre os séculos XIX e XX fazem parte nomes que representam linhas estéticas muito variadas e que se situam em patamares de qualidade literária também muito variados: Teixeira de Pascoas, Guerra Junqueiro, Cândido

Guerreiro, António Correia de Oliveira, D. João da Câmara, Paulo Madeira, Bulhão Pato, Cabral Júnior, Nobre de Melo, Silva Palma, Manuel de Atriaga, Fernando Tavares Dias, Ribeiro de Carvalho, Alberto Bramão, Francisco de Sousa Inês, Virginia Victorino, Lina Elias (poetisa de Boli-queime), Berta Ema da Silva.

Seria difícil encontrar uma qualquer correspondência temática entre a matéria literária e os artigos de carácter político publicados numa mesma edição do jornal. Quando muito, há edições que deste ponto de vista se apresentam mais harmónicas que outras. Talvez pudesse entrar neste número a de 11 de março de 1915, em cuja primeira página, a par de um artigo noticiando um atentado sofrido por Afonso Costa no Porto, e o assassinato do republicano Henrique Cardoso em Lisboa, é publicada a segunda parte de «Tese e antítese» de Antero de Quental. Numa conjuntura de grande agitação político-social, em que dois heróis da República tinham sido alvo de ataques destruidores, num caso de consequências fatais (Henrique Cardoso), *O Primeiro de Maio* prestava-lhes homenagem através das palavras do poeta oitocentista, da sua expressão subjectiva do ideal revolucionário, transformadora e fecundadora da vida dos homens:

Combatei pois na terra árida e bruta  
Té que a revolve o remoinhar da luta  
Té que a fecunde o sangue dos heroes

Noutras duas circunstâncias também é possível descobrir uma articulação entre os sonetos de Quental transcritos e os textos jornalísticos de conteúdo político que nas mesmas páginas os acompanham. Assim, na edição 3 de junho de 1915, em que se publicava a atrás referida crónica sobre a irreversibilidade da vida miserável do trabalhador rural («O trabalhador»), aparece o soneto intitulado «A uma amiga», que desenvolve a imagem de um sujeito irremediavelmente condenado à solidão e ao abandono dos que amou, dos que por ele passam e daquela que nele reparou e com desdém continua a reparar. Na edição de 12 de abril de 1917, na página em que se fala da primeira guerra, da intervenção militar americana, e por essa via da esperança de uma vitória, é reproduzida a sexta parte do «Elogio da morte». Não poderiam ser mais adequados o tema e a reflexão mística e metafísica que o desenvolvem. Numa Europa desmembrada, devastada pelo desaparecimento de milhões de homens, talvez só a recriação poética da morte, «vasto silêncio mortuário», permitisse alcançar uma nova inteligibilidade da vida humana e das suas vicissitudes mais dramáticas: «Só quem teme o Não-ser é que se assusta», diz o primeiro verso do soneto de Antero de Quental.

O poeta reaparece na edição de 1 de fevereiro de 1923 com o soneto «Em viagem». Aqui encena-se o encontro onírico entre o sujeito lírico e os seus fantasmas («Quem sois vós, peregrinos singulares?/Dôr, Tédio, Desengano e Pesares...»), que no entanto não o assustam, como o fazem os do universo dramático shakesperiano, pois são seus «guias derradeiros», «silenciosos companheiros». Eles formam o cortejo que antecipa a chegada da morte («benvinda»), que o poeta encara receber amorosamente. Bem mais negras parecem ser as consequências sociais da realidade descrita no artigo «Vida cara» (impresso na mesma página), as quais nenhum sonho conseguiria transmutar em coisa benigna.

Na edição de 9 de maio de 1918, ao lado de um artigo que faz o elogio dos mortos da guerra («Pátria»), aparece o poema «Uma árvore e o sol», de Teixeira de Pascoaes, poeta que desempenhou um papel importante no movimento da *Renascença Portuguesa* e ajudou a lançar a revista *A Águia*, ativa de 1910 a 1932. Talvez seja o facto de aquele poema ser atravessado por certo misticismo panteísta, pela imaginação da sacralização da natureza, e por certa forma evanescente de a olhar que gera subliminarmente um efeito de adequação do que nele se exprime ao tema do artigo político que lhe é vizinho. No poema de Pascoaes, o corpo da árvore invocada perde dimensão a favor do espírito que a anima e se orienta apenas na direcção da luz sagrada:

Árvore minha amiga, abençoada  
Alminha vegetal, com que ternura  
Abres o brando seio á luz sagrada...  
Que, como um vento místico, murmura.

A espiritualização do mundo natural parece pois implicar certo grau de sublimação da sua materialidade. O que está para além do visível é que motivo de felicidade:

Mas na alegria imensa que sentias,  
Ó árvore feliz, nem sequer vias  
A sombra que os teus ramos projectavam.

É bem diferente a atmosfera poética criada pelo parnasiano Gonçalves Crespo, de quem encontramos um poema intitulado «A nuvem», na edição de 24 de abril de 1919. Trata-se de um texto em que exotismo e descrição visual concorrem para a construção de um quadro de sensualidade feminina: «As roupas deslaçando, entra no banho/A languida sultana enamorada [...]». Se antes assinaliei sintonias temáticas no trabalho de

empaginação do jornal, bem poderia agora tomar a edição mencionada como exemplo do que tantas vezes se verifica: uma desconexão das linhas editoriais de política e de literatura. Ao lado do poema de Crespo encontra-se publicado um artigo intitulado «Hecatombe humana», que fala dos milhões de homens mortos pela guerra e pela *influenza*.

Natural do concelho de Loulé, onde exerceu actividade política como presidente de Câmara, Cândido Guerreiro é um dos poetas mais representados em *O Primeiro de Maio*. Conteí dele quatro poemas (na coleção incompleta do jornal que consultei): «Creanças» (8 de outubro de 1914), «A uma violinista» (1 de fevereiro de 1917), «Umbra mater» (26 de outubro de 1919) e «Indomita» (21 de maio de 1925). Nos dois últimos sente-se a influência do misticismo anterior na sondagem do universo interior e mais inacessível dos seres. A força imanente das coisas, a «íntima voz» delas, que a natureza exprime livremente e o homem por medo cala, é metaforicamente designada como «sombra», «umbra mater». É por isso também uma força criadora:

Lá vem a sombra! Enquanto o medo cala  
E afoga a voz do homem na garganta,  
Na íntima voz das coisas, ela canta,  
Prodigiosa e linda, a Sombra fala...

No poema «Indomita» é a águia «sombria e temeraria», que habitando as profundezas do sujeito, à noite, se lança à decoberta do desconhecido, do inconsciente, da morte:

Ela desperta, e, os olhos feitos brazas,  
Intemerata, desafia a Noite,  
E gemea da minha alma, afronta a Morte...

Em «A uma violinista» assomam as marcas de um lirismo tradicional timbrado de idealismo religioso:

Teu milagre profundo não me espanta...  
O que não pode a santidade vinda  
De Deus, mudada em harmonia infinda?...  
Cantas, e é Deus que nas alturas canta....

E em «Creanças» a temática nacionalista combina-se com traços de pitoresco rural:

[...]  
Nós somos os rouxinoes  
Cantando de madrugada  
N'uma terra libertada  
Pelo sangue dos heroes

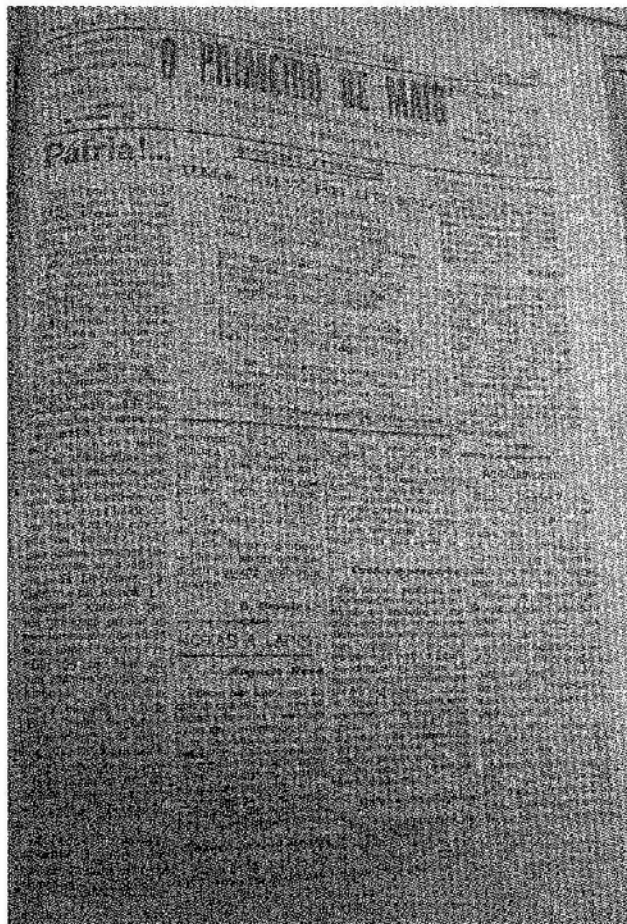
Sangue de luz que redime,  
Sangue do cinco d'outubro,  
Como um sol ardente e rubro  
Que espanca a noite do crime  
[...]

Acresce dizer que muitos números de *O Primeiro de Maio* publicam poemas que poderíamos vincular a tradicionalismo literário conservador, de feições por vezes sentimentalistas, ultra-românticas. Inscrevem-se neste grupo textos de Ribeiro de Carvalho, Nobre Melo, Alberto Bramão, Francisco de Sousa Inês e Virgínia Victorino. De 1923 e 1924 datam os textos que se inscrevem na linha do folclorismo popularizante. Estruturalmente apresentam-se como sequências de quadras, da autoria de Lina Elias, natural de Boliqueime.

Registo finalmente a ausência de nomes como, por exemplo, António Nobre e Camilo Pessanha, intérpretes da estética simbolista, e também de Cesário Verde. Desconheço se João Lúcio foi publicado nalgum dos muitos números do jornal a que não tive acesso, mas o mais provável é que a sua adesão aos ideais monárquicos o tivesse arredado do circuito de colaboradores de *O Primeiro de Maio*. Os modernistas, por seu lado, não terão certamente feito parte das escolhas editoriais deste semanário, dada a distância estética a que se encontravam das correntes de gosto por ele veiculadas. No entanto, eram bem conhecidas, pelo menos nalguns circuitos cultos da capital do Algarve, as expressões estéticas por eles praticadas, como comprovam os textos publicados na secção «Futurismo» de *O Herald*, ao longo do ano de 1917. A maior parte destes textos é assinada (muitas vezes, sob pseudónimo) por autores hoje desconhecidos, mas outros foram escritos por figuras que a posteridade viria a consagrar: Almada Negreiros («Litoral»), Fernando Pessoa («A casa branca nau preta») e Mário de Sá-Carneiro («Além»). Todos eles contribuíram, sem dúvida, para dar relevo ao impulso vanguardista promovido pelo jornal de Faro, dirigido por Mário Lyster Franco<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Nuno Júdice, *Poesia Futurista Portuguesa (Faro 1916-1917)*, Lisboa, A Regra do Jogo Edições, 1981.

Voltando, para finalizar, ao semanário de Loulé, penso que, apesar de os números analisados permitirem traçar um retrato das suas tendências editoriais, só uma observação da integralidade dos números editados permitiria uma mais rigorosa percepção dos contornos ideológicos e estéticos do jornal e do sentido evolutivo que este foi assumindo ao longo do seu tempo de vida.



## BASÍLIO TELES (1856-1923) O REPUBLICANISMO AUTORITÁRIO

*Miguel Real*

Professor, Crítico e Escritor  
Investigador do CLEPUL - Centro de Literaturas e  
Culturas Europeias e Lusófonas  
Faculdade de Letras  
Universidade de Lisboa

Existem duas fases explícitas no pensamento de Basílio Teles: a fase política propriamente dita, de 1890 a 1910 - o combate pela instauração da República -, e a fase filosófica, de 1911 até ao ano da sua morte. A sua actividade política inicia-se, ainda estudante de Medicina, com os tumultos no Porto e Lisboa relativos ao Ultimato de 1890, participa activamente na revolta republicana do Porto em 31 de Janeiro de 1891, pela qual é forçado a exilar-se para a Corunha com Sampaio Bruno e João Chagas.

Não se excluindo mutuamente nem sendo contraditórias entre si, na segunda fase Basílio Teles continua político interveniente, com fortíssima intervenção pública nos jornais, recusando, porém, por motivos filosóficos, todos os cargos políticos, evidenciando que lhe é mais importante o pensamento, a filosofia, a reflexão nos seus últimos 12, 13 anos de vida do que a intervenção política partidária, como acontecera nos anteriores 20 anos enquanto militante do Partido Republicano Português. Sinal perfeito do momento divisório entre as duas fases reside na sua recusa em aceitar o ministério da Fazenda no governo provisório saído da proclamação da República por desacordo com base em princípios filosóficos. De um modo muito singular, alegando não estar de acordo com a Constituição de 1911 e com a forma democrática de governo, fundada em eleições populares, Basílio Teles recusou todos os cargos políticos